

Nova ordem

# Às 15h50, começa a vigorar o Estado de Direito no país

**MAURO LOPES**

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

A nova Constituição brasileira está em vigor desde 15h50 de ontem. A sessão de promulgação durou uma hora e trinta e seis minutos. Foi realizada no plenário da Câmara. Encerrada a transição para a democracia, a sessão transcorreu já sob o clima das eleições presidenciais. O responsável por este clima foi o presidente do PMDB, da Câmara e, até ontem, do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, que fez discurso em ritmo de campanha.

Ulysses esbanjou felicidade durante a sessão, ao contrário do presidente José Sarney, contido e sério a maior parte do tempo. Enquanto Ulysses subiu a escada que dá acesso à Mesa Diretora aos saltos, Sarney prestou juramento à Constituição com a mão direita estendida visivelmente trêmula. Foram três discursos na sessão de promulgação. O primeiro do senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), por 21 minutos, em nome dos parlamentares. Sucedeu-o na tribuna colocada à direita da Mesa, o deputado Victor Crespo, presidente da Assembleia da República de Portugal, que falou por 17 minutos. O discurso mais longo foi o de Ulysses, o último, com duração de 33 minutos.

O caráter eleitoral do discurso de Ulysses pôde ser atestado pelo fato de as palmas, que o interromperam dezenas de vezes, terem dividido o plenário. Elas partiram, em praticamente todos os casos, dos parlamentares sentados do lado direito do plenário. E neste local que se sentaram, durante os trabalhos constituintes, o que se repetiu ontem, parte dos parlamentares de centro, centro-esquerda e esquerda. A centro-direita e a direita praticamente não aplaudiram Ulysses.

Logo na parte inicial de seu discurso, Ulysses afirmou que "no que tange à Constituição, a nação mudou", marcando distância do governo Sarney. Em seguida, disse que os parlamentares não capitularam "ante pressões aliciadoras e comprometedoras". Num dos trechos mais fortes, afirmou que pode se "discordar" e "divergir" da Constituição, mas "descumprir, jamais"; arrematando: "Traidor da Constituição é traidor da Pátria."

A sessão foi aberta com um incidente. Berrando, já que não havia microfones, o líder do PDT na

Constituinte e na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), encaminhou a Ulysses um comunicado assinado por ele e pelos líderes do PSDB, PT, PSB e PC do B. No comunicado, os líderes afirmavam que não iriam receber Sarney no salão nobre do Senado para levá-lo ao plenário, em protesto pela "enxurrada de decretos" assinado pelo presidente nos últimos dias. O líder do PSDB, deputado Artur da Távola (RJ), acabou voltando atrás e foi recepcioná-lo.

A sessão foi aberta às 15h34. Ulysses e Sarney ocuparam o centro da Mesa. À direita do presidente sentou-se o 1º vice-presidente do Congresso constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e à esquerda de Ulysses o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer. Completaram a Mesa os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, Jorge Arbage (PDS-PA), 2º vice da Constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 1º secretário, Arnaldo Faria de Sá (PJ-SP), 3º secretário e o senador Mário Maia (PDT-AC), 2º secretário.

Ulysses chegou ao plenário às 15h32. Sarney e Mayer, às 15h44. O presidente entrou no plenário acompanhado de três agentes de segurança. Às 15h48, Ulysses anunciou que iria assinar três exemplares da Constituição (uma é para Sarney, uma para Mayer e outra fica no Congresso). Depois de declarar promulgada a Carta, Ulysses e os constituintes a juraram. O juramento de Sarney foi o seguinte. Mayer encerrou, às 15h54.

O programa de promulgação da nova Carta iniciou-se de manhã, com culto ecumênico. Inicialmente previsto para ocorrer às 9h no gramado diante do Congresso, só começou às 9h30, dentro do prédio, por causa da chuva que caía. Houve atrasos como este. A chegada de Ulysses, Sarney e Mayer, prevista para ocorrer em intervalos a partir de 15h, acabou acontecendo de uma vez só às 15h20, quando passaram em revista as tropas e subiram a rampa do Congresso. Às 17h10, Ulysses anunciou o fim do ato. Nesta hora, os livros de presença na portaria da Câmara registravam a entrada de 518 parlamentares durante o dia. Mas havia pelo menos mais 20 no plenário.



Deputados e senadores constituintes prestam juramento à nova Constituição, no plenário da Câmara, na cerimônia de promulgação; na mesa, Ulysses e Sarney

## Ambiente de quermesse e clima de coquetel marcaram a promulgação

Do enviado especial e da Sucursal

Discursos oficiais à parte, a cerimônia de promulgação do novo texto constitucional misturou, em doses espontâneas, ambiente de quermesse com clima de coquetel. Não faltaram os arranjos florais equilibrados no chapéu da bibliotecária-chefe da Câmara, ou os patês noturnos num bordado barroco enfeitando a repórter de uma rádio do Mato Grosso, ou a túnica "azul PM" com que a deputada Beth Azize (PSDB-AM) entrou em plenário. Tudo começou às 9h, com um culto não tão ecumênico como desejavam seus organizadores. Ao lado do pastor Geisel Nunes Gomes, acompanhado de uma claque de fiéis tão barulhenta que o relator Bernardo Cabral disse tratar-se de "CUT evangélica", e do cardeal de Brasília,

d. José Freire Falcão, foi eloquente a ausência de um rabino. O sincretismo, do lado de fora do Salão Negro, ficou por conta de um casal de pai e mãe de santos, que assustaram de tal modo o secretário de Ulysses Guimarães, Osvaldo Manicardi, que ele não teve dúvidas em diagnosticar: "É urucubaca do Sarney."

Enquanto isso, no Salão Verde, que circunda o plenário da Câmara, os poucos personagens de peso entregavam-se a entrevistas às equipes de TV.

Por volta das 14h, faltando ainda 90 minutos para que se abrisse a sessão, o plenário começou a se encher como um formigueiro, com um quórum bem superior às médias da Câmara. Às 16h37, quando Ulysses começou a falar, 113 constituintes, por falta de opção, estavam de

pé. Mas antes que a cerimônia séria começasse, os arredores do plenário, na bem sacada opinião da mulher de um deputado gaúcho, tinha os exatos ingredientes de um festival de cinema em Punta del Este: tapete vermelho, dragões da independência enfileirados, e sobretudo muita brihantina nas cabeças masculinas e laquê nas femininas.

O plenário está cheio e, nas galerias, saem convidados pelo ladrão. São pontualmente 15h30. Ulysses e os demais membros da mesa entram na sala de sessões. Aplausos efusivos, partindo dos constituintes e de ex-parlamentares.

Fim de festa. No Salão Negro, começa o coquetel propriamente dito, com salgadinhos frios e bebidas raras. (João Batista Natal e Bob Fernandes)

Rubena Mano



Ulysses Guimarães, com a caneta que ganhou dos funcionários da Câmara para assinar a nova Constituição

## Deputado cumpre promessa e usa caneta que ganhou dos funcionários

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, cumpriu sua palavra. Ele assinou a nova Constituição com a caneta-tinteiro Dupont, folheada a ouro, que lhe fora presentada pelos funcionários da Câmara. Quando recebeu a caneta, no jantar de encerramento dos trabalhos da casa em dezembro de 1987, Ulysses Guimarães prometeu aos quase mil servidores presentes, que a usaria no momento mais solene da Assembleia Nacional Constituinte: a promulgação da Carta. Aceitou a sugestão do diretor-geral da Câmara Adelmar Sabino: "É também para a posse no Planalto".

A caneta-tinteiro, adquirida na joalheria Natan por Cz\$ 50 mil, ficou guardada por todos estes meses à espera do "grande dia", mas não

foram poucas as concorrentes. A indústria Parker ofereceu ao presidente da Constituinte uma caneta especialmente fabricada para a ocasião. Outra ameaça a caneta-tinteiro foi a estereográfica ofertada pelo deputado Paulo Macarini (PMDB-SC). Até mesmo a caneta histórica do presidente Prudente de Moraes foi "delicadamente" recusada por Ulysses. A família do ex-presidente ofereceu-lhe "emprestada" a caneta que Prudente assinou sua posse.

A "oferta" da multinacional Parker foi feita semana passada, numa festa em Brasília, pelo colonista social Gilberto Amaral, em nome da diretoria da empresa. "Pelo menos no museu da Constituinte o sr. põe a caneta", suplicou o frustrado lobista diante da recusa. Em seguida, com mais tato ainda, Ulysses recusou a proposta da família Prudente de

Moraes, feita através do senador Pompeu de Souza.

Ulysses teve que conter o riso quando o colonista Amaral lhe disse que a Parker havia ofertado a outra caneta para a posse do ex-presidente Tancredo Neves. "É uma tradição da empresa", argumentou. Ulysses sabia que Tancredo reservara para a ocasião uma caneta que ganhou, em 1954, de Getúlio Vargas.

"Não foi preciso que ninguém lembrasse ao dr. Ulysses o compromisso que ele assumiu conosco", comemorava Adelmar Sabino, organizador da "vaquinha" para a compra da caneta, uma Dupont suíça. Além de prometer usar a caneta ontem, Ulysses deu outro presente aos funcionários naquela festa de natal. Enfrentou com galhardia um churrasco a rodízio, o último cardápio em sua lista de preferência.



O deputado constituinte Felipe Cheidde (PMDB-SP), vice-campeão de ausência, assiste pela TV a promulgação

## Deputados mantêm a 'coerência' e faltam também à promulgação

Das Sucursais

Despachar normalmente, receber as pessoas que lhe tenham alguma reivindicação, ajudar a dirigir a campanha do deputado Tito Costa, do PMDB, seu candidato à Prefeitura de São Bernardo do Campo, (no ABC) — cidade onde mora e tem suas bases políticas. Esta foi a agenda do deputado federal Felipe Cheidde (PMDB-SP) para o dia de ontem. Um dia normal na sua rotina de trabalho. Seria também um dia normal para todo o resto do país se não fosse a data marcada para a promulgação da nova Constituição brasileira.

Como constituinte, Cheidde deveria ter estado na cerimônia da promulgação em Brasília, mas preferiu não ir, assim como não compareceu no congresso para assinar a

nova Carta. Foi coerente nesse aspecto, pois não compareceu a 94% das sessões da constituinte. "O dr. Ulysses e meus colegas fizeram um trabalho louvável, mas eu não me identifiquei com eles porque estão resolvendo os problemas do país no papel e não na realidade", disse ontem.

Segundo o deputado, seus ejetores o tem cumprimentado pela sua atitude e sinceridade. "Eu poderia ter inventado que estava doente, mas não fui às sessões porque acho que foram erradas". Ele cita como "absurdos" o tabelamento dos juros bancários e a reserva de mercado.

Ontem, no momento da promulgação da nova Constituição, às 15h40, nenhum dos assessores do deputado federal Mario Bouchardet Senior, 51, sabia onde ele se encontrava. Bouchardet foi o mais ausente no

Congresso Constituinte. Das 911 votações em plenário, ele faltou 892, comparecendo em apenas 17.

Na residência de Bouchardet em Visconde do Rio Branco (327 km a sudeste de Belo Horizonte) a informação é que ele estava na fazenda do amigo João Tivellato em Ponta Nova (a 190 km de Belo Horizonte). Na capital seu assessor político, João Bastista Cunha disse que ele estava em Visconde do Rio Branco.

João Cunha disse que o deputado enviou na terça-feira, dia 4, um telex ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicando que não estaria presente na solenidade de promulgação e que essa atitude era "coerente com sua ausência nos trabalhos de votação". Segundo seu assessor, o fato do deputado ter faltado "agradou aos seus eleitores".

Da Sucursal de Brasília

Os direitos individuais e sociais estabelecidos na nova Constituição brasileira foram os itens mais elogiados pelos representantes de 19 países que participaram das solenidades de promulgação. Em seu discurso, o presidente da Assembleia da República de Portugal, Victor Crespo, 56, porta-voz das delegações estrangeiras, afirmou que a Constituição do Brasil é "uma das mais modernas no que diz respeito ao homem".

Crespo ressaltou cinco pontos que considerou fundamentais para a democracia brasileira: o tratamento dado no texto ao racismo, terrorismo, tráfico de drogas, tortura e o direito do cidadão ter acesso a informações sobre si próprio em poder de entidades públicas e priva-

das. "Esperamos aproveitar o exemplo durante a revisão do texto constitucional em Portugal", afirmou ele.

A atual Constituição portuguesa foi promulgada em 1976, passou pela primeira revisão em 1982 e agora está em novo processo de emendas.

O vice-presidente do Congresso espanhol, Francisco Granados, 52, cujo país passou por um processo constituinte há dez anos, apresentou o deputado Ulysses Guimarães com uma miniatura da atual Constituição espanhola. A embalagem, um estojo de prata para maquiagem, ficou com a mulher de Ulysses, Mora.

Segundo Francisco Granados, a Constituição de seu país é muito semelhante à brasileira no que diz respeito aos direitos individuais, capítulo que classificou como "base para qualquer regime democráti-

co". A Constituição da Espanha tem 169 artigos e foi promulgada em dezembro de 1978. Foi o primeiro texto constitucional que não foi imposto à população daquele país.

A maioria dos representantes estrangeiros ficou hospedada no Hotel Nacional Brasília, cinco estrelas, com todas as despesas pagas pela Câmara dos Deputados. Foram 40 reservas para três dias. Um quarto foi ocupado por agentes da Polícia Federal. A alimentação também foi paga pela Câmara, que gastou um total aproximado de Cz\$ 800 mil.

Francisco Granados preferiu se hospedar na residência do embaixador da Espanha, José Luis Crespo, de quem é amigo há anos. Ambos são do Partido Socialista Espanhol, majoritário no Congresso daquele país.